

Queda industrial não preocupa

■ Edward Amadeo diz que a meta do governo está voltada para o crescimento sustentável nos próximos quatro anos

Samuel Martins - 11/2/2000

AZELMA RODRIGUES

BRASÍLIA - O governo não está preocupado com as críticas de que a economia brasileira está perdendo o fôlego. Para o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Edward Amadeo, tais análises trazem uma sensação "de curto prazismo" e deixam nos empresários e no mercado financeiro "numa ansiedade injustificada".

A variação de 0,4% na produção industrial paulista em abril indica, segundo especialistas, que estaria caindo o ritmo de crescimento do início do ano e apontando para uma expansão do Produto Interno Bruto (PIB) inferior a 3% neste ano. E não os 4% projetados pelo governo.

"Não deveríamos e não estamos preocupados com o desempenho da economia brasileira em 2000. Todos os indicadores mostram que estamos indo muito bem. Nossa preocupação tem que ser com o crescimento nos próximos quatro, cinco anos e não só neste ano", diz o secretário.

Crescimento - Para ele, não há importância em discutir se a estimativa oficial de um crescimento de 4% para a renda nacional (PIB) vai se confirmar ou não. "Há muita discussão em torno disso. Eu digo, olha, precisamos trabalhar com alguma projeção para fazermos exercícios e saber se está indo na direção que a gente espera ou não. Mas essa discussão não é a mais importante e sim se vamos ou não crescer a taxas desse patamar nos próximos cinco anos", disse.

Citando como exemplo a economia americana, o secretário argumenta que o grande sucesso deles não está apenas no fato de terem registrado "crescimento de 7% em um ano, entre os últimos nove anos, mas porque cresceram durante nove anos acima de 3%". E é com esse objetivo que a equipe econômica tem trabalhado, diz Amadeo.

"A discussão é se estamos criando ou não a plataforma para o crescimento de emprego e renda nos próximos anos", afirma Amadeo. O ajuste fiscal, a reforma da Previdência, a Lei da Responsabilidade Fiscal, o refinanciamento de dívidas que tem segurado gastos excessivos de estados e municípios, segundo ele, espelha a "cozinha" que a política econômica tem construído até agora nesse sentido.

Emprego - Entre os sinais de vitalidade, Amadeo cita a elevação de 861 mil empregos, entre abril do ano passado e abril deste ano, nas seis principais regiões metropolitanas do país. Tal número de vagas significa incremento de 5,4%, "o maior da década de 90, portanto uma situação privilegiada". Ele diz também que a indústria tem registrado aumento no nível real de salários.

O secretário concorda que os juros elevados representam poderoso entrave para a produção. "O custo do capital no país não é alto porque o governo quer, mas porque não existem condições econômicas e institucionais para ele ser mais baixo", salienta Amadeo. Ele cita o atraso nas regras de funcionamento do mercado de capitais como um dos motivos inibidores. O projeto de reformulação da Lei das Sociedades Anônimas que está no Congresso poderá alterar esse quadro.

"Esse projeto é importante porque criar um mercado de capitais desenvolvido, vai reduzir o custo do capital para as empresas daqui a dois, três anos. Hoje, investidores de fundos que não querem administrar empresas, apenas aplicar em ações, sentem-se inseguros pela desproteção aos interesses do acionista minoritário e então compram títulos do governo, porque a relação entre rentabilidade e risco é muito melhor que em ações", destaca.



Amadeo disse que meta deve ser criar base para o emprego

62